

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
-----MUNICIPAL, REALIZADA A VINTE E CINCO DE
-----FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E CATORZE----

II

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O senhor presidente da Câmara abriu os trabalhos e deu a palavra aos senhores vereadores que se inscreveram. -----

----- Pelo senhor vereador José Pedro Silva Rodrigues foi apresentada a seguinte moção: -----

----- DIRIGIR OS FUNDOS COMUNITÁRIOS PARA OS INVESTIMENTOS QUE MATOSINHOS, O NORTE E O PAÍS PRECISAM – COMBATER UMA NOVA VAGA DE CENTRALISMO -----

----- “No início de Fevereiro foi apresentado publicamente pelo Governo o Acordo de Parceria 2014-2020, o quadro orientador do investimento público a realizar a nível nacional nos próximos sete anos, cerca de 25,24 mil milhões de euros, incluindo 4,06 mil milhões de euros de fundos agrícolas, e remetido para a Comissão Europeia sem debate político prévio, sem uma adequada e imprescindível auscultação alargada de todos os parceiros sociais, sem os contributos de órgãos intermunicipais, metropolitanos e regionais, nem uma participação suficiente das associações representativas das autarquias.-----

----- Tal como sucedera com o QREN 2007-2013, a aplicação dos meios financeiros constantes deste Acordo está limitada pela aplicação da Estratégia 2020 e pelo Pacto de Estabilidade e, agora, condicionada pelo Tratado Orçamental. Isto significa que as prioridades são definidas pela Comissão Europeia, não têm em conta as diferentes especificidades regionais e nacionais e repete um modelo que não tem respondido às necessidades de desenvolvimento económico do País, não tem promovido a coesão interna nem a convergência real com a média comunitária. -----

----- Quatro quadros comunitários depois, mais de 70 mil milhões de fundos depois, o fracasso desta política exprime-se na constatação de que durante a implementação do QREN o país divergiu em termos económicos da média comunitária, tendo em particular a região Norte e do Grande Porto perdido peso a nível nacional e visto agravar a sua situação económica e social. -----

----- O próprio texto da proposta de Acordo de Parceria reconhece este fracasso quando afirma que o “panorama nacional continua a ser marcado por relevantes assimetrias territoriais”, sublinha que “(...)o modelo de desenvolvimento português não se revelou capaz de proporcionar um processo de convergência regional do PIB per capita”, ou remata de forma lapidar que “(...) as regiões de convergência do Continente pioraram a posição inicial que detinham face à média”. -----

----- A proposta de Acordo de Parceria não analisa a natureza dos investimentos ao nível nacional e regional; exclui eixos prioritários ou atribui-lhes dotações insuficientes, com reflexos potencialmente graves na valorização do território e na redução das assimetrias inter/intra-regionais; desconsidera a promoção do mercado interno, a infraestruturas de transportes, o apoio à industrialização; ignora a regeneração e reabilitação urbana e a preservação do património edificado e cultural; esquece ou discrimina projetos

estruturantes de mobilidade urbana e inter-regional, como diversos projetos de transportes públicos sustentáveis, como a rede do metro do Porto. -----

-----Entre os onze objetivos temáticos expressos na proposta de Acordo de Parceria (2014-2020), apenas um visa “promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas”, com uma dotação de 1064 milhões de euros para sete anos, que representa apenas 4,2% do total alocado para Portugal no quadro comunitário de apoio 2014-2020. A insuficiente dotação financeira global contrasta directamente com as necessidades de investimento descritas nas 30 prioridades de elevado valor acrescentado definidas pelo Governo. Os meios financeiros públicos a mobilizar para a sua concretização deveriam ascender, no mínimo, a cerca de 3923 milhões de euros, dos quais cerca de 2705 milhões de euros de origem comunitária, sendo o restante (1218 m€) de participação pública nacional. -----

Conclui-se então que não só existem projectos essenciais que não foram considerados no Acordo de Parceria e não constam da lista dos 30 prioritários do Grupo de Trabalho que preparou o subsequente relatório sobre as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado, como as dotações financeiras previstas para a concretização deste objectivo temático só serão suficientes para executar cerca de um terço das infraestruturas consideradas prioritárias. Adicionalmente verifica-se que as dotações financeiras alocadas à designada internacionalização e ao setor exportador absorvem cerca de 40% dos fundos e uma outra parte significativa se destina à promoção da flexibilidade e mobilidade laboral.-----

-----Noutro plano, a proposta de Acordo de Parceria anuncia um “Novo Modelo de Governação” para o próximo quadro comunitário de apoio que de novo nada tem e que se limita a dar seguimento e reforçar todos os mecanismos usados no QREN (2007-2013) de centralização e governamentalização da gestão dos fundos comunitários. Sem entrar em linha de conta com a gestão dos fundos agrícolas, da dotação global de 21,18 mil milhões de euros do FEDER, FSE e Fundo de Coesão, cerca de 11,857 mil milhões (56%) está diretamente afeta aos quatro programas temáticos de gestão exclusivamente governamental: Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (4,423 mil milhões de euros), Inclusão Social e Emprego (2,13 mil milhões), Capital Humano (3,096 mil milhões) e Eficiência de Recursos e Sustentabilidade (2,208 mil milhões). Do restante a “governação” e gestão é partilhada de forma insuficiente, cabendo em boa parte (e de novo) a entidades da administração direta ou indireta tuteladas pelo Governo. -----

-----Face ao exposto, a Câmara Municipal de Matosinhos, reunida no dia 25 de Fevereiro de 2014, entende deliberar: -----

-----1 - Expressar profunda preocupação com o conteúdo e a repartição financeira incluída no Acordo de Parceria entregue à Comissão Europeia no passado dia 31 de Janeiro; -----

-----2 - Lamentar que não se tenha procedido a uma análise prévia dos eixos prioritários definidos e da natureza dos investimentos e que não tenham sido consultados, de forma antecipada e atempada, os órgãos intermunicipais, metropolitanos e regionais, e as estruturas representativas das autarquias, do que resultou um processo negocial pouco transparente; -----

-----3 - Expressar que a natureza e a seleção dos investimentos não respondem às necessidades de desenvolvimento da Região Norte e do Grande Porto, sobretudo pela desconsideração da necessidade de

reindustrialização do Norte e dinamização do mercado interno, das áreas de regeneração e reabilitação urbana e de preservação do património edificado e cultural; -----

----- 4 - Exigir que no documento final a remeter a Bruxelas sejam incluídos objetivos e/ou dotações comunitárias adequadas e comprometidas disponibilidades financeiras nacionais para as prioridades acima definidas;-----

----- 5 - Exigir que sejam asseguradas as verbas necessárias no domínio das infraestruturas de transportes, incluindo na área da mobilidade urbana e suburbana, que permitam alavancar o desenvolvimento da região Norte, do Grande Porto e de Matosinhos, designadamente, e a título de exemplo: -----

----- - Ampliação da rede de metro da Área Metropolitana do Porto; -----

----- - Expansão da capacidade de carga e de passageiros do Aeroporto do Porto; -----

----- - Duplicação e eletrificação da linha do Minho, até Valença, (ao invés da intervenção de natureza minimalista que está prevista); -----

----- - Eletrificação e duplicação da linha de Leixões; reabertura da linha de Leixões a passageiros; -----

----- - Duplicação da linha Aveiro – Vilar Formoso e articulação com o Porto de Leixões – componente desconsiderada na proposta actual; -----

----- - Lançamento da ligação ferroviária para mercadorias e passageiros na rota Porto - Braga - Vigo, em velocidade elevada, que sirva o Porto de Leixões e o Aeroporto. -----

----- 6 - Manifestar a sua oposição ao acentuado centralismo e governamentalização da gestão dos fundos comunitários que o Governo está a preparar e exigir que qualquer tipo de transferência de verbas no decurso do desenvolvimento do quadro comunitário de apoio (2014-2020) seja previamente discutido com os órgãos municipais, intermunicipais, metropolitanos e/ou regionais da Região e tenham que, para serem efetuadas, de colher o respectivo parecer favorável. -----

----- Na discussão deste assunto o senhor presidente sugeriu que fosse incluída nas infraestruturas referidas a Plataforma Ferroviária de Gatões. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra, aprovar a moção apresentada. -----

----- O voto contra pertenceu ao senhor vereador Pedro José da Vinha Rodrigues Costa. -----

----- No uso da palavra o senhor vereador Pedro José da Vinha Rodrigues Costa informou que não estava de acordo com a moção da CDU porque se afastava da realidade, não era possível de concretização. Sugeriu ainda ao senhor presidente que estudasse a viabilidade de colocação de estagiários na autarquia ao abrigo do programa do IEF - estágio emprego, que em Matosinhos tinha cerca de seiscentas bolsas e que se traduziria somente num esforço de cinquenta mil euros para o município. -----

----- Interveio a seguir o senhor vereador Ernesto Páscoa que disse ter estado sempre de acordo com o Executivo, de ter uma grande receptividade e, disponibilizar apoios, para com os proponentes de investimentos e projetos a realizar no Concelho. No entanto, tal abertura não anula o cuidado e as cautelas que se devem ter na análise da salvaguarda dos interesses da autarquia, logo dos munícipes de Matosinhos. O senhor vereador continuou dizendo que no passado concordou com a aceitação do investimento chamado de Raf Park, contudo, como bem sabe, sempre fui crítico pela leviandade com que a

autarquia se deixou enfeitiçar por tal projeto, descurando aspetos que eram fáceis de prever, bem como não deram qualquer importância aos riscos sempre inerentes a tais investimentos, e não cuidou de salvaguardar os apoios e contrapartidas cedidas pela autarquia. Ao ler na imprensa a revitalização do referido Raf Park com a interdição com a intermediação da Câmara, solicitou ao senhor presidente que o informasse sobre o que está a ser planeado, quais os apoios que a autarquia irá proporcionar, no sentido de se aquilatar atempadamente, se desta vez, os interesses da autarquia ficarão devidamente salvaguardados. Por último, o senhor vereador solicitou ao senhor presidente que providenciasse no sentido de ver a situação de uma munícipe, a senhora D. Filomena Oliveira, que foi vítima de um incêndio na habitação, para saber se de alguma forma a autarquia podia financiar as obras de reparação da sua habitação. -----

-----No uso da palavra o senhor vereador António Parada questionou o senhor presidente sobre uma carta que estava a ser enviada a todos os arrendatários da MatosinhosHabit que dizia que a autarquia não se responsabilizaria pelos danos ocorridos dentro das habitações. No seu entender esse procedimento não era correcto, porque muitos dos danos eram provenientes de defeitos de obra e como tal não se podia responsabilizar os inquilinos. -----

-----Interveio a seguir o senhor vereador António Correia Pinto afirmando que as contas do senhor vereador Pedro da Vinha Costa estavam erradas, o programa de estágios implicaria um custo para a autarquia de quinhentos e setenta e seis mil euros. Por último propôs ao Executivo que concedesse tolerância de ponto na terça-feira, dia de Carnaval, à semelhança de todas as autarquias da Área Metropolitana do Porto. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra, aprovar a proposta apresentada. -----

-----O voto contra pertenceu ao senhor vereador Pedro José da Vinha Rodrigues Costa. -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu ao senhor vereador José Pedro Rodrigues afirmando que subscrevia na íntegra a moção por ele apresentada. Relativamente à sugestão do vereador Vinha Costa tinha dúvidas que a Câmara se pudesse substituir a particulares num programa comunitário a eles dirigido, mas solicitava ao vice-presidente e ao vereador Correia Pinto, que analisassem o projecto para ser discutida uma proposta numa próxima reunião do Executivo. No que respeita ao Raf Park, não foi concedido qualquer apoio, porque todos os apoios são concedidos pelo Executivo, logo o vereador Ernesto Páscoa teria tido conhecimento. Quanto ao problema da munícipe, há milhares de situações dramáticas, milhares de pedidos de habitação, mas infelizmente não podemos satisfazer todas as necessidades, existe um regulamento para atribuição de habitações sociais que tem que ser cumprido. -----

-----Passou-se à ordem de trabalhos. -----

II

ORDEM DO DIA

1. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11 DE FEVEREIRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 57.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata apresentada. -----

2. BALANCETE

----- Foram presentes os balancetes da tesouraria municipal, referentes ao dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e catorze que acusavam o seguinte saldo:-----

----- Operações orçamentais: nove milhões, quinhentos e noventa e nove mil, trezentos e dezassete euros e quarenta e dois cêntimos.-----

----- Operações de tesouraria: três milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, duzentos e oitenta e oito euros e setenta cêntimos.-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

3. NORMAS DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO CONCELHIO E DAS COMPARTICIPAÇÕES MUNICIPAIS

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar a presente proposta da ordem de trabalhos e submetê-la à próxima reunião do Executivo.-----

4. DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA EFEITOS DE EXPROPRIAÇÃO DAS PARCELAS NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DE LIGAÇÃO RODOVIÁRIA ENTRE O IC1 E A REFINARIA PETROGAL – RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a segunda retificação da deliberação de câmara de 2013/03/12, acerca da resolução de expropriar as parcelas necessárias ao empreendimento "Ligação da A28 a Petrogal/Ligação rodoviária entre o IC1/A28 e a refinaria do Norte-Petrogal", parcelas 17-623m²; parcela 18 composta pelas subparcelas 1-area 1371m²; subparcela 2-area 45 m² e subparcela 3-área 35m²); parcela19A- área 548m²; parcela 19B-area 1386m² e parcela 20-area 85m²; parcelas melhor identificadas no mapa de expropriações, relatórios de avaliação e certidão de previsão em instrumento de gestão territorial, os quais passam a constituir anexos à informação e deliberação de expropriar, visando completar o pedido de declaração de utilidade publica com carácter de urgência da expropriação das parcelas de terreno e direitos a elas inerentes, necessárias à execução do empreendimento em causa, a submeter ao ministro competente, nos termos do art.º 14º/1 do C.E, mantendo-se o restante constante da resolução de expropriar que esteve na origem do presente pedido.-----

5. EXPROPRIAÇÃO - ESCOLA SECUNDARIA DA SENHORA DA HORA/ AQUISIÇÃO DE TERRENOS - PAGAMENTO DA PARCELA 3ª – PROC. N.º 1245/2002-6ºJC

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção, autorizar a realização da despesa referente ao reembolso a favor da DGESTE do depósito efetuado no processo judicial n.º 1245/2002-6ºJC, relativo ao valor da diferença entre o valor já depositado por este município e a sentença atualizada, acrescida de juros moratórios, no montante de 47.546,29€ (quarenta e sete mil, quinhentos e quarenta e seis euros e vinte e nove cêntimos).-----

----- A abstenção pertenceu ao senhor vereador Pedro José da Vinha Rodrigues Costa.-----

6. PARECERES PRÉVIOS:

6.1. PUBLICAÇÃO DE DOIS ANÚNCIOS REFERENTES A DESAFETAÇÕES DE TERRENOS DO DOMÍNIO PÚBLICO

-----A Câmara Municipal apropriou a informação dos serviços e deliberou, por maioria, com um voto contra, emitir parecer prévio favorável ao presente procedimento.-----

-----O voto contra pertenceu ao senhor vereador Pedro José da Vinha Rodrigues Costa. -----

6.2. CONTRATAÇÃO DE PERITO – EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO

-----A Câmara Municipal apropriou a informação dos serviços e deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável ao presente procedimento.-----

6.3. PUBLICITAÇÕES OBRIGATÓRIAS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

-----A Câmara Municipal apropriou a informação dos serviços e deliberou, por maioria, com um voto contra, emitir parecer prévio favorável ao presente procedimento.-----

-----O voto contra pertenceu ao senhor vereador Pedro José da Vinha Rodrigues Costa.-----

6.4. PEDRO ABRUNHOSA & COMITÉ CAVIAR - CONTRAMÃO – 21 DE MARÇO DE 2014

-----A Câmara Municipal apropriou a informação dos serviços e deliberou, por maioria, com uma abstenção, emitir parecer prévio favorável ao presente procedimento. -----

-----A abstenção pertenceu ao senhor vereador Pedro José da Vinha Rodrigues Costa. -----

6.5. CONCERTO ANTÓNIO ZAMBUJO – 25 DE ABRIL DE 2014

-----A Câmara Municipal apropriou a informação dos serviços e deliberou, por maioria, com uma abstenção, emitir parecer prévio favorável ao presente procedimento. -----

-----A abstenção pertenceu ao senhor vereador Pedro José da Vinha Rodrigues Costa. -----

6.6. PEÇA DE TEATRO “DIZ-LHES QUE NÃO FALAREI NEM QUE ME MATEM”

-----A Câmara Municipal apropriou a informação dos serviços e deliberou, por maioria, com uma abstenção, emitir parecer prévio favorável ao presente procedimento. -----

-----A abstenção pertenceu ao senhor vereador Pedro José da Vinha Rodrigues Costa. -----

6.7. CISION - ANÁLISE DE COMUNICAÇÃO À MARCA – MAR À MESA

-----A Câmara Municipal apropriou a informação dos serviços e deliberou, por maioria, com um voto contra, emitir parecer prévio favorável ao presente procedimento.-----

-----O voto contra pertenceu ao senhor vereador Pedro José da Vinha Rodrigues Costa. -----

6.8. CISION – SERVIÇO DE CLIPING

----- Por proposta do senhor presidente, aprovada por unanimidade, foi deliberado que no fim desta prestação de serviços se procedesse à abertura de um concurso público para o mesmo fim. -----

----- A Câmara Municipal apropriou a informação dos serviços e deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável ao presente procedimento. -----

6.9. LUSA - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

----- A Câmara Municipal apropriou a informação dos serviços e deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável ao presente procedimento. -----

6.10. IMPRESSÃO DE 36 CARTAZES SOBRE O CONCELHO DE MATOSINHOS

----- A Câmara Municipal apropriou a informação dos serviços e deliberou, por maioria, com um voto contra, emitir parecer prévio favorável ao presente procedimento. -----

----- O voto contra pertenceu ao senhor vereador Pedro José da Vinha Rodrigues Costa. -----

6.11. TRÊS INSCRIÇÕES NO SEMINÁRIO “ENGENHARIA GEOTÉCNICA NA REABILITAÇÃO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO”

----- A Câmara Municipal apropriou a informação dos serviços e deliberou, por unanimidade, emitir parecer genérico favorável ao presente procedimento. -----

6.12. DUAS INSCRIÇÕES NA AÇÃO "DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE PARES CISM – CRITICAL INCIDENT STRESS"

----- A Câmara Municipal apropriou a informação dos serviços e deliberou, por unanimidade, emitir parecer genérico favorável ao presente procedimento. -----

6.13. ZELIG, FILME-CONCERTO “BUCKING BROADWAY” DE JOHN FORD

----- A Câmara Municipal apropriou a informação dos serviços e deliberou, por maioria, com uma abstenção, emitir parecer prévio favorável ao presente procedimento. -----

----- A abstenção pertenceu ao senhor vereador Pedro José da Vinha Rodrigues Costa. -----

6.14. PRODUÇÃO E EXECUÇÃO DA 8ª EDIÇÃO DO LITERATURA EM VIAGEM – LEV - DE 8 A 11 DE MAIO DE 2014

----- A Câmara Municipal apropriou a informação dos serviços e deliberou, por maioria, com uma abstenção, emitir parecer prévio favorável ao presente procedimento. -----

----- A abstenção pertenceu ao senhor vereador Pedro José da Vinha Rodrigues Costa. -----

7. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO E PEDIDO DE PARECER PRÉVIO/ ASSOCIAÇÃO QUARTETO DE CORDAS DE MATOSINHOS

-----A Câmara Municipal apropriou a informação dos serviços e deliberou, por maioria, com um voto contra: 1 – emitir parecer prévio favorável ao presente procedimento; 2 - atribuir um subsídio no valor de 36.000,00€ (trinta e seis mil euros) à Associação Quarteto de Cordas de Matosinhos.-----

-----O voto contra pertenceu ao senhor vereador Pedro José da Vinha Rodrigues Costa. -----

8. ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS:

8.1. GRUPO DESPORTIVO MINI ÁGUIAS

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

8.2. ASSOCIAÇÃO ESTUDANTES INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

-----Não participou na discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala, o senhor vereador Fernando Manuel da Silva Alves da Rocha, por se considerar impedido, nos termos do artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo.-----

9. PISCINA DAS MARÉS/ REGULARIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO

-----A Câmara Municipal apropriou a informação dos serviços e deliberou, por unanimidade, aprovar a presente minuta de contrato de Cedência de Utilização e Gestão da Piscina das Marés, a celebrar com a APDL, SA – Administração dos Portos do Douro e Leixões.-----

10. DESAFETAÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO:

10.1. DESAFETAÇÃO DE DUAS PARCELAS, NA RUA CABO CARVOEIRO E RUA CABO S. VICENTE

-----A Câmara Municipal apropriou a informação dos serviços e deliberou, por maioria, com uma abstenção, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de desafetação do domínio público de duas pequenas áreas, de 5,97 m² cada, de um caminho pedonal sito na União de freguesias de Lavra, Perafita e Santa Cruz do Bispo, que foram cedidas ao domínio público municipal, com vista à integração no domínio privado municipal e posterior alienação, nos termos da alínea q) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----A abstenção pertenceu ao senhor vereador Pedro José da Vinha Rodrigues Costa. -----

10.2. DESAFETAÇÃO DE UMA PARCELA, NA RUA DA CRUZ DE PAU, NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MATOSINHOS E LEÇA DA PALMEIRA

-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de desafetação de uma parcela de terreno, com a área de 575 m², na Rua da Cruz de Pau na União de freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, que se encontra incorporada no domínio público municipal, com vista à integração no domínio privado municipal, nos termos da alínea q) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O voto contra pertenceu ao senhor vereador Pedro José da Vinha Rodrigues Costa. -----

11. VALOR DAS RENDAS DOS IMÓVEIS MUNICIPAIS CEDIDOS A ENTIDADES TERCEIRAS EM REGIME DE COMODATO – TRANSFERÊNCIA DESSE VALOR PARA A MATOSINHOSHABIT

-----A Câmara Municipal apropriou a informação dos serviços e deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar o ressarcimento da empresa municipal MatosinhosHabit, E.M. pelas rendas não recebidas, no decurso do ano 2014, relativas aos espaços cedidos em regime de comodato a instituições que prosseguem fins de carácter social, cultural, recreativo e desportivo, e que foram avaliadas em 409.557,38€ (quatrocentos e nove mil, quinhentos e cinquenta e sete euros e trinta e oito cêntimos). -----

----- A abstenção pertenceu ao senhor vereador Pedro José da Vinha Rodrigues Costa. -----

12. EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DO LOTE Nº 35 DA URBANIZAÇÃO DE S. GENS, NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CUSTÓIAS, LEÇA DO BALIO E GUIFÕES

-----A Câmara Municipal apropriou a informação dos serviços e deliberou, por maioria, com um voto contra, prescindir do direito de preferência relativo à alienação do lote nº 35 da Urbanização de S. Gens, na união das freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões. -----

----- O voto contra pertenceu ao senhor vereador Pedro José da Vinha Rodrigues Costa. -----

13. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 8.315.000,00 EUROS

-----Na discussão do presente ponto da ordem de trabalhos, o senhor vice-presidente propôs as seguintes alterações aos investimentos a financiar, aprovadas por unanimidade:-----

MAPA I
INVESTIMENTOS A FINANCIAR

DESIGNAÇÃO DO INVESTIMENTO	FINANCIAMENTO
MOBILIDADE EM MATOSINHOS: AVENIDA MÁRIO BRITO, REQUALIFICAÇÃO	3.000.000,00
REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA REAL VINÍCOLA	3.000.000,00
MATOSINHOS MAR: REQUALIFICAÇÃO DA ORLA COSTEIRA	100.000,00
MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS: MODERNIZAÇÃO DOS ARMAZÉNS GERAIS - Programa de eficiência energética	500.000,00
AQUISIÇÃO, MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS - Programa de eficiência energética	750.000,00
AQUISIÇÃO, MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS - Centro de Inovação de Matosinhos (CIM)	300.000,00
REABILITAÇÃO DO PALACETE VISCONDE DE TREVÕES	265.000,00
TOTAL	7.915.000,00

-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos contra, aprovar a consulta ao mercado para obtenção do financiamento, relativo à contratação de um empréstimo de longo prazo para financiar diversas obras inscritas no Plano Plurianual de Investimentos do ano 2014, até ao montante máximo de 7.915.000,00 euros (sete milhões, novecentos e quinze mil euros), nos termos do artigo 19.º, n.º 1, alínea a) da Resolução do Tribunal de Contas n.º 14/2011, de 16 de agosto.-----

-----Os votos contra pertenceram aos senhores vereadores António Manuel Gomes Santos Parada, Ernesto Augusto Jorge Páscoa, Alfredo José de Barros e Pedro José da Vinha Rodrigues Costa. -----

14. EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO CONTRATADO EM 2013 – RATIFICAÇÃO PELO ÓRGÃO EXECUTIVO DO DESPACHO DE 27/09/2013 RESPEITANTE À DECISÃO DE CONSULTA AO MERCADO

-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções e um voto contra, aprovar a ratificação do despacho exarado pelo senhor vice-presidente em vinte e sete de setembro de dois mil e treze, respeitante à decisão de consulta ao mercado para contratação de um empréstimo de longo prazo até ao montante de 7.000.000,00€ (sete milhões de euros) para financiar diversas obras inscritas no Plano Plurianual de Investimentos do ano 2013, nos termos do disposto no artigo 35.º n.º 3 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugado com o disposto no artigo 19.º n.º 1 alínea a) da Resolução n.º 14/2011 do Tribunal de Contas, de 16 de agosto. -----

----- As abstenções pertenceram aos senhores vereadores António Manuel Gomes Santos Parada, Ernesto Augusto Jorge Páscoa, Alfredo José de Barros e o voto contra ao senhor vereador Pedro José da Vinha Rodrigues Costa. -----

15. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DE APROVAÇÃO DE MINUTAS - MATOSINHOSPORT, EM

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra, aprovar a ratificação do despacho exarado pelo Ex.mo senhor presidente, em trinta e um de janeiro de dois mil e catorze, de aprovação das minutas dos contratos a outorgar com a MatosinhoSport, EM, nos termos do disposto no artigo 35.º n.º 3 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O voto contra pertenceu ao senhor vereador Pedro José da Vinha Rodrigues Costa. -----

16. REDUÇÃO DE TRABALHADORES PARA O ANO DE 2013 – CUMPRIMENTO DO ESTABELECIDO NO ART. 68.º DA LEI N.º 66-B/2012, DE 31 DE DEZEMBRO

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

17. SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO - AVENÇA COM MÉDICO E ENFERMEIRA DO TRABALHO

----- A Câmara Municipal apropriou a informação dos serviços e deliberou, por maioria, com um voto contra: 1 – emitir parecer favorável ao presente procedimento; 2 – submeter a respetiva assunção do compromisso plurianual à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA. -----

----- O voto contra pertenceu ao senhor vereador Pedro José da Vinha Rodrigues Costa. -----

18. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS/ ASSOCIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DE SEGUNDA OPORTUNIDADE

----- A Câmara Municipal apropriou a informação dos serviços e deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

19. DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA AUTARQUIA NOS CONSELHOS GERAIS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLAS SECUNDÁRIAS DO CONCELHO DE MATOSINHOS

----- A Câmara Municipal deliberou, após votação por escrutínio secreto, aprovar a designação dos representantes da Autarquia nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias do Concelho de Matosinhos, com os seguintes votos: -----

----- AE Irmãos Passos: -----

----- Prof. Correia Pinto – 11 votos a favor; -----

----- Dr.ª Marta Dias – 10 votos a favor e 1 voto contra; -----

-----Dr. Pedro Gonçalves - Presidente da UF de Custóias/Leça do Balio/Guifões - 10 votos a favor e 1 voto contra. -----

-----AE Dr. José Domingues dos Santos: -----

-----Prof. Correia Pinto – 11 votos a favor;-----

-----Sr. Gustavo Teixeira – UF de Perafita/Lavra/Stª. Cruz do Bispo - 10 votos a favor e 1 voto contra. -----

-----AE Eng.º Fernando Pinto de Oliveira -----

-----Prof. Correia Pinto – 11 votos a favor;-----

-----Dr.ª Manuela Galante - UF de Matosinhos /Leça da Palmeira – 10 votos a favor e 1 voto contra; -----

-----Sr. Rodolfo Mesquita - Presidente da UF Perafita/Lavra/Stª. Cruz do Bispo – 10 votos a favor e 1 voto contra.-----

-----AE de Padrão da Légua-----

-----Prof. Correia Pinto – 11 votos a favor;-----

-----Dr. Pedro Gonçalves - Presidente da UF de Custóias/Leça do Balio/Guifões – 10 votos a favor e 1 voto contra. -----

-----AE de Matosinhos -----

-----Prof. Correia Pinto – 11 votos a favor;-----

-----Dr.ª Liliana Monteiro – 10 votos a favor e 1 voto contra;-----

-----Dr. Paulo Ferreira - UF de Matosinhos /Leça da Palmeira – 10 votos a favor e 1 voto contra. -----

-----AE Prof. Óscar Lopes-----

-----Prof. Correia Pinto – 11 votos a favor;-----

-----Dr. Paulo Ferreira - UF de Matosinhos /Leça da Palmeira – 10 votos a favor e 1 voto contra. -----

-----AE de Perafita -----

-----Prof. Correia Pinto – 11 votos a favor;-----

-----Sr. Rodolfo Mesquita - Presidente da UF de Perafita/Lavra/Stª. Cruz do Bispo – 10 votos a favor e 1 voto contra. -----

-----AE Abel Salazar-----

-----Prof. Correia Pinto – 11 votos a favor;-----

-----Sr. António Moutinho Mendes - Presidente da UF da Sr.ª da Hora/S. Mamede de Infesta – 10 votos a favor e 1 voto contra.-----

-----AE da Senhora da Hora-----

-----Prof. Correia Pinto – 11 votos a favor;-----

-----Dr.ª Marta Dias – 10 votos a favor e 1 voto contra; -----

-----Sr. Manuel Almeida - UF da Sr.ª da Hora/S. Mamede de Infesta – 10 votos a favor e 1 voto contra.-----

-----ES Augusto Gomes -----

-----Prof. Correia Pinto – 11 votos a favor;-----

-----Dr.ª Manuela Galante - UF de Matosinhos /Leça da Palmeira – 10 votos a favor e 1 voto contra. -----

-----ES João Gonçalves Zarco-----

-----Prof. Correia Pinto – 11 votos a favor;-----

----- Dr.^a Catarina Queirós – 10 votos a favor e 1 voto contra;-----
----- Dr. Pedro Sousa - Presidente da UF de Matosinhos /Leça da Palmeira – 9 votos a favor e 2 votos contra. -----
----- ES da Boa Nova -----
----- Prof. Correia Pinto – 11 votos a favor; -----
----- Dr. Pedro Sousa - Presidente da UF de Matosinhos /Leça da Palmeira – 9 votos a favor e 2 votos contra. -----

20. APROVAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar a presente proposta da ordem de trabalhos e submetê-la à próxima reunião do Executivo. -----

21. DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MATOSINHOS

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal a proposta de designação dos membros do conselho Municipal de educação de Matosinhos, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

22. NORMAS ESPECÍFICAS DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar a presente proposta da ordem de trabalhos e submetê-la à próxima reunião do Executivo. -----

23. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS, EM ESPÉCIE E EM VALOR/ COLETIVIDADES DESPORTIVAS CONCELHIAS

----- Pelo senhor presidente foram apresentadas as seguintes alterações à presente proposta, aprovadas por unanimidade: -----

----- Relativamente aos subsídios em valor é atribuído o montante de 6.029,46 € ao Futebol Clube de Infesta e 120.000,00€ ao Centro Hípico do Porto e Matosinhos, passando o valor total da proposta a 543.974,46 €. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

24. COMPROMISSO DE COLABORAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PLATAFORMA OPERACIONAL DO BANCO DE INOVAÇÃO SOCIAL NO PORTO

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o compromisso de colaboração para o desenvolvimento da Plataforma Operacional do BIS - Banco de Inovação Social do Porto. -----

25. 1ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE MATOSINHOS SUL

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar a presente proposta da ordem de trabalhos.---

26. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO PARCIAL AO REGULAMENTO DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATOSINHOS (RUEMM) - CONSULTA PÚBLICA DA ALTERAÇÃO PARCIAL AO RUEMM, PUBLICADA EM DR, AVISO N.º 4919/2013, DE 11 DE ABRIL

-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção, submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação final da alteração parcial do Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Matosinhos (RUEMM).-----

-----A abstenção pertenceu ao senhor vereador Pedro José da Vinha Rodrigues Costa. -----

27. OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM OBRAS DE URBANIZAÇÃO, LOCALIZADA NO TERRENO DA TERTIR, NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PERAFITA, LAVRA E SANTA CRUZ DO BISPO - REQ: ELDUK COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS LDA - PROC. 2868/12GU

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar a presente proposta da ordem de trabalhos.---

28. APROVAÇÃO DO PROJECTO BASE DA EMPREITADA: CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DO AUDITÓRIO NA ZONA ENVOLVENTE DOS PAÇOS DO CONCELHO, DA BIBLIOTECA E DA SALA DE EXPOSIÇÕES

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Projeto Base "Construção do edifício do auditório na Zona envolvente dos Paços do Concelho, da Biblioteca e da Sala de Exposições". -----

29. NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE VISTORIAS/ RECEÇÕES PROVISÓRIAS E DEFINITIVAS E CONSIGNAÇÕES PARA AS EMPREITADAS

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta, nos termos da informação dos serviços. -----

30. RELATÓRIO DE DANOS - EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS – JANEIRO E FEVEREIRO DE 2014

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

31. AJUSTES DIRETOS DAS SEGUINTE EMPREITADAS:

31.1. AQUISIÇÃO, MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS - PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA -

----- Na discussão deste assunto, o senhor presidente propôs que fosse consultadas três empresas e que esta obra passasse a ter a seguinte denominação: AQUISIÇÃO, MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS - Programa de eficiência energética - -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura de um procedimento de empreitada, por ajuste direto, nos termos do artigo 24º do CCP, com um valor estimado de 250.000,00€ (duzentos e cinquenta mil euros), sem IVA, e prazo de execução de dois meses, convidando-se três empresas a apresentarem propostas. -----

31.2. QUALIDADE 100% – EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS - TEMPESTADE HÉRCULES – REPARAÇÕES URGENTES NA ORLA COSTEIRA – REPARAÇÃO URGENTE DE PASSADIÇOS, PRAIAS DO PARAÍSO, ALDEIA NOVA E FONTÃO

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar a presente proposta da ordem de trabalhos. --

32. MINUTA DA PRESENTE ATA NOS TERMOS DO N.º 3 DO ART. 57.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos constantes desta ata, para efeitos de execução imediata, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.--